

Ulysses acha razoável o acordo com credores

Brasília — Luiz Antônio

Kido Guerra/Inácio Muzzi

BRASÍLIA — O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, considerou “razoáveis” as explicações sobre o acordo provisório com os bancos credores dadas ontem de manhã pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, aos principais líderes do partido, mas evitou formalizar apoio ao governo no encaminhamento das negociações da dívida externa. Segundo Ulysses, o partido entende que a moratória foi suspensa temporariamente para que prossigam os entendimentos com os bancos e que a possibilidade do retorno brasileiro ao Fundo Monetário Internacional não deve interferir nas negociações.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do partido no Senado, ponderou que os “pruridos” em torno desse pagamento “são exagerados, diante da constatação de que este ano já pagamos 8 bilhões de dólares às entidades oficiais de crédito”, sem nenhuma contrapartida, a não ser 100 milhões de dólares emprestados pelo governo italiano. Lembrou, também, que o acordo é “temporário”.

Não se trata, porém, de posição homogênea do partido. Segundo um dos oito parlamentares que participaram do encontro, houve várias reações contrárias ao acordo, como a do deputado Pimenta da Veiga (MG) que, muito irritado, classificou o acordo de “pernicioso ao país” e protestou contra o pagamento, pelo Brasil, de 500 milhões de dólares, determinando a suspensão da moratória.

Ulysses Guimarães, buscando conter o rompante do deputado, argumentou: “Pimenta, você já foi líder e, como líder, você também adia a solução de problemas. E é justamente isso que o ministro está fazendo.”

Bresser Pereira, então, explicou que não está fechada a possibilidade de nova moratória, a partir de janeiro, caso o acordo não seja efetivado. “Aí, a decisão voltaria com mais força”, sugeriu o ministro, ponderando que a medida ganharia, de imediato, o apoio do empresariado, que estaria consciente do esforço do governo para negociar.

FMI — O líder do partido na constituinte, Mário Covas, disse perceber como grande problema no acordo a perspectiva de o país ser levado a um compromisso com o FMI, mas Bresser argumentou que está mantida a posição básica do governo brasileiro em relação ao Fundo, ou seja, a não condicionalidade entre o acordo com os credores e o entendimento com o FMI e a disposição do país de não sujeitar sua política econômica às regras do organismo financeiro.

O ministro lembrou aos parlamentares que a decisão de assinar o acordo foi tomada no momento em que os bancos estavam prestes a desclassificar os créditos brasileiros, o que, segundo ele, seria ruim para todos: para o país, para os bancos e para o governo americano.



Bresser se despede de Ulysses depois de explicar o acordo ao PMDB